

# O Brasil de JK: há 70 anos Juscelino tomava posse na Presidência



» SILVESTRE GORGULHO  
Jornalista. Foi secretário de Estado de Comunicação e secretário de Estado de Cultura de Brasília

*"Lutei dia e noite para dar nova dimensão ao nosso país. Quis que, da minha administração, não se pudesse dizer, sem pecar contra a verdade, que o Brasil crescia nas horas noturnas, enquanto o governo dormia. Não! O governo não dormiu, em minhas mãos."*

Juscelino Kubitschek de Oliveira

Em 526 anos de Brasil, há datas a celebrar e há datas para esquecer. Felizmente, as datas para celebrar são maioria. Duas delas, por exemplo, moldaram este país por serem mais significativas e funcionarem como um divisor de águas do Brasil como nação. Ambas as datas, separadas por 148 anos, aconteceram no mês de janeiro. A chegada da família real ao Brasil, em 22 de janeiro de 1808, e a posse do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 31 de janeiro de 1956.

A vinda da corte para o Brasil foi uma manobra do príncipe regente, D. João, para garantir que Portugal continuasse independente, quando foi ameaçado de invasão por Napoleão Bonaparte. A principal consequência foi a declaração do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves. O Brasil deixou de ser colônia, o que provocou uma série de transformações geopolíticas. A permanência da família real foi decisiva para manter a unificação e a grandiosidade do território nacional, a possibilidade de o país inteiro falar a língua portuguesa, além de outros ganhos concretos, como a abertura dos portos para as nações amigas e a criação de entidades essenciais: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Real Fábrica de

Pólvora, Imprensa Oficial e Banco do Brasil.

Em 31 de janeiro de 1956, 134 anos depois da Independência, vem a segunda data que transformou o Brasil em todas as dimensões: cultural, industrial, econômica e política: a posse do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Não foi fácil a chegada de JK ao Palácio do Catete. Ainda governador de Minas, Juscelino deixou claro sua intenção de disputar a Presidência da República pelo PSD.

Houve muitas tratativas de lideranças nacionais e até de militares para demover JK de sua intenção. O próprio presidente da República Café Filho (vice de Getúlio Vargas) e o então governador de Pernambuco, Etelvino Lins, se articularam para evitar a candidatura de JK.

Pior: até seu padrinho político, o ex-governador de Minas Benedito Valadares, temeroso de que o crescimento de JK lhe roubasse a influência no Estado, não mediu esforços, nos bastidores, contra a candidatura.

Em dezembro de 1954, militares de alta patente levaram ao então presidente Café Filho um documento em defesa da candidatura única à Presidência. Sem JK, evidentemente. O presidente Café Filho — que tomou a iniciativa de ler o texto no programa *A Voz do Brasil*, ainda procurou demover JK, com o argumento de que as Forças Armadas não aprovavam a sua pretensão.

JK começou a ganhar a eleição ali. Não se deixando intimidar, confirmou sua candidatura e mandou um recado curto e grosso para o presidente Café Filho. Sua frase virou seu lema de vida: "Deus poupou-me o sentimento do medo".

E foi com esse sentimento que JK plantou sua candidatura em 10 de fevereiro de 1955, para colher nas urnas, em 3 de outubro, 3.077.411 votos, ou 36% do total.

Não foi fácil. No dia 1º de novembro, o coronel Jurandir de Bizarria Mamede, discursando no enterro do general Canrobert Pereira da Costa, sugeriu golpe militar para impedir a posse de JK e do

vice João Goulart.

Em 11 de novembro de 1955, para garantir a posse de JK, antes de deixar o Ministério da Guerra, o Marechal Lott pôe os tanques nas ruas e dá o "Golpe da Legalidade". Carlos Luz, então presidente da República — com o afastamento de Café Filho —, é deposto e, nove dias depois, em 20 de novembro, o Congresso Nacional aprova o impedimento de Café Filho e elege Nereu Ramos presidente. O senador catarinense assume o governo até a posse de JK.

Há 70 anos, em 31 de janeiro de 1956, JK toma posse e pede ao Congresso a abolição do estado de sítio. No dia seguinte, pôe fim à censura à imprensa. JK, a seu modo, sacudiu a vida administrativa, política e cultural do Brasil. Seu governo plantou hidroelétricas, plantou estradas, plantou bom humor e plantou compromissos: cumpriu todas as 31 metas prometidas durante sua campanha à Presidência. JK plantou indústria automobilística e plantou magnanimidade, perdendo revoltosos e inimigos políticos. JK plantou Brasília.

Ao interiorizar o desenvolvimento com a construção da nova capital, o Centro-Oeste foi ocupado de todas as formas. Onde não se produzia um grão de soja em 1970, ficou responsável por 49,3% da produção nacional. A soja avançou sobre novas fronteiras e levou junto a cultura do milho. A produção de milho na região — antes de Brasília — era inferior a 9%. Atualmente, representa 54,36% da safra nacional. Essas duas culturas levaram uma promissora cultura empreendedora em outros setores: pecuária, frutas, café, arroz, feijão, trigo. Centenas de pequenos povoados nasceram no vazio do Cerrado e transformaram-se, nestes últimos 70 anos, em cidades de pequeno, médio e grande porte com excelentes índices de IDH.

Na Era JK, o Brasil colheu eferescência cultural. O Brasil colheu a primeira Copa do Mundo, colheu bossa nova, cinema novo. Colheu alegria! O povo brasileiro colheu o sentimento de que é capaz de construir o que parece impossível.

JK plantou democracia. E o Brasil colheu paz!

## Lula e Trump, diálogo imprevisto



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista

Há algum tempo, tenho alertado o leitor para o fato de que o candidato da oposição à Presidência da República deve ser Carlos Massa, o Ratinho Junior, governador do Paraná. Ele, com 44 anos, é muito bem avaliado em seu estado, trabalha com ideias e práticas liberais. Trata-se da alternativa natural a Tarcísio de Freitas. O Governador de São Paulo prefere se candidatar à reeleição para continuar no Palácio dos Bandeirantes. É mais fácil, mais simples e dispensa a companhia dos bolsonaros, que significam demandas, queixas, pequenas intrigas e denúncias de corrupção. Ele prefere se resguardar para 2030.

No Brasil, tradicionalmente, a vida começa, na prática, após o carnaval. Depois da festa popular, começarão a ocorrer os fenômenos políticos esperados para influenciar este 2026. Neste ano, contudo, algo importante ocorreu no período de férias. O presidente Lula se entendeu com Donald Trump. Eles conversaram sobre os temas de atualidade, e mais: Lula deverá ir a Washington, para uma visita de Estado, no mês de março, depois de ter visitado Índia e Panamá. Visitas de Estado na capital dos Estados Unidos significam uma distinção importante. Não é uma conversa qualquer.

Este é, de longe, o mais importante sinal de que a diplomacia brasileira, sempre muito eficiente, está trabalhando bem para tourear Donald Trump, o dono do mundo. Ele está na posição de conversar com Lula, trocar ideias e, ao que parece, ouvir algumas considerações brasileiras. O presidente brasileiro tem conversado fartamente à direita e à esquerda. Fala com o presidente eleito do Chile, com Macron, da França, com o russo Putin e outros chefes de governo. Ele se transformou em importante interlocutor neste tempo de grandes incertezas internacionais. Conseguiu, até agora, não responder ao convite para integrar o Conselho da Paz, anunciado pelo presidente dos Estados Unidos. Não disse sim, nem não.

A política externa tem consequências na política interna. A sólida posição internacional do presidente Lula, neste momento, protege o Brasil de algum tipo de influência externa nas eleições deste ano. O próprio Lula é o candidato com mais chance de vencer o pleito. A oposição ainda está se organizando. As novidades começam a aparecer. Ronaldo Caiado deixou a União Brasil e aderiu ao já poderoso PSD, de Gilberto Kassab, que já tinha em seus quadros dois candidatos à Presidência da República. Agora, tem três. Além de Caiado, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, também se apresenta como candidato a candidato. O discurso oficial do partido indica que os três deverão buscar apoio do eleitor e, mais à frente, se define quem será o candidato do PSD — que será aquele que estiver melhor nas pesquisas. A ação do novo e poderoso PSD terá o poder de dividir a candidatura de oposição, que vai se distribuir entre bolsonaristas e o candidato que resultar das negociações internas e do nível de aprovação verificado em pesquisas eleitorais. Há, também, a sempre complicada montagem dos palanques estaduais, que tem o poder de interferir na candidatura presidencial.

Outro candidato de oposição é o senador Flávio Bolsonaro, filho de Jair. Foi indicado pelo pai sem consulta prévia a partidos ou dirigentes de legendas. Decisão pessoal e impositiva. Ele tenta se viabilizar em viagens ao exterior. Foi aos Estados Unidos em busca de alguma manifestação de apoio de Trump ou de alguém da assessoria do presidente. Não foi bem-sucedido. Viajou para Israel, mergulhou nas águas do Rio Jordão e disse que o presidente Lula é antisemita. Campanha estranha porque em Israel o aborto é permitido e as mulheres são obrigadas a fazer serviço militar. Nada semelhante com o que ocorre aqui. Mas o sobrenome Bolsonaro ainda tem respaldo na direita brasileira.

O PSD cresceu lentamente nos últimos anos e está assumindo seu verdadeiro perfil. O de partido de centro, liberal, que aposta na redução de impostos, diminuição do tamanho do Estado, melhor do ambiente de negócios e incentivar as exportações. Alguns líderes do PSD-DB, que vivem a agonia de terem sido um grande partido e perdido espaço no país, conseguiram avançar em conversas dentro da agremiação para se unir ao PSD. Os líderes tradicionais do partido aceitaram. Seria mantido o tucano, com símbolo da nova agremiação. Uma campanha publicitária faria a transição do PSDB para PSD, que, na realidade, significa a perda da letra B. Tudo quase pronto e negociado, o acordo não foi em frente porque Aécio Neves não concordou. Resultado, os principais articuladores dos tucanos hoje negociam às claras, ou de maneira menos ostensiva, a favor do PSD. A fusão não aconteceu na prática, mas pode ocorrer na realidade.



Caio Gomez

## Ódio e racismo estrutural nos presídios do DF



» MICHEL PLATINI  
Ativista de direitos humanos, intérprete de Libras e fundador do primeiro sindicato de trabalhadores da categoria no Brasil

Não existe política de ressocialização, tampouco esse é objetivo final do Estado, quando falamos de sistema prisional aqui na capital, menos ainda em lugares mais distantes. Os presídios tornaram-se depósitos de criminosos em que o Estado usa a sua gestão para cometer abusos e aplicar uma espécie de sadomasoquismo institucional. Estou cada vez mais convicto de que esse sistema é um fracasso e que ele não permite ressignificar a relação com o crime.

Há tempos, acompanho o sistema prisional de Brasília. No Complexo da Papuda, vejo, com muita preocupação, o crescimento de denúncias de abuso de autoridade, prática de tortura, alimentação inadequada e suspensão de visitas normais. Pior do que isso é o silêncio de autoridades que devem zelar pelo cumprimento da pena nos seus limites. Importa salientar que estamos falando de um sistema formado pelas desigualdades de um Brasil profundo que sempre prendeu a população preta e que não disfarça seu apreço pelo patrimônio em detrimento das pessoas.

Embora pessoas negras correspondam a 52% da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados sobre encarceramento relativos à raça/cor, divulgados pelo 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, indicaram alta concentração de encarcerados negros. Em 2019, negros e negros representaram 66,7% da população carcerária, enquanto a população não negra (considerados brancos, amarelos e indígenas, segundo a classificação adotada pelo IBGE) representou 33,3%. Isso significa que, para cada não negro preso no Brasil em 2019, dois negros foram presos. E um pouco mais que o dobro, quando comparado aos brancos. Ao se analisar a série histórica do dado raça/cor de detentos no Brasil, fica explícito que, a cada ano, esse grupo representa uma fração maior do total de pessoas presas. Se, em 2005, negros representavam 58,4% do total de presos, enquanto os brancos eram 39,8%, em 2019, essa proporção chegou a 66,7% de negros e 32,3% de brancos.

No Brasil existe uma política de encarceramento em curso em que se prende cada vez mais. Sobre tudo cada vez mais pessoas negras. Existe, dessa forma, forte desigualdade racial no sistema prisional, materializada não somente nos dados apresentados, como pode também ser percebida concretamente na maior severidade de tratamento e sanções punitivas direcionadas a esse segmento nos presídios do DF. Dirigido ao crime, o ódio escolheu o povo preto como alvo a exterminar.

Recentemente, acompanhamos a triste situação de três internos que ficaram cegos dado o uso de armas de bala de borracha após uma investida desnecessária e sem medir o risco. Associadas a isso, as chances diferenciais e restritas aos negros na sociedade, as condições de pobreza e segregação que enfrentamos no cotidiano fazem com que nos tornemos alvos preferenciais das políticas de extermínio e encarceramento.

A situação do sistema prisional do DF é preocupante e tem tirado o sono de familiares de internos que assistem com muita aflição às violações crescentes e à impunidade prevalente. Em meio a isso, servidores que estavam no centro de graves denúncias estão assumindo cargos de gestão na recém-criada Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP). Órgão que nasce sem dizer a que veio, sem apresentar solução aos problemas existentes e que se arrastam por anos. Pelo contrário, a situação tem piorado e se agravado, fazendo com que familiares denunciem cada vez mais graves violações no sistema.

Em vez de solucionar as queixas apresentadas, desqualifica-se essas vozes, tanto da população negra encarcerada quanto de suas famílias, formadas em sua grande maioria por mulheres pobres e pretas. É mais fácil alimentar o ódio, já presente nessa sociedade deteriorada, do que ouvir essas vozes periféricas e marginalizadas. É preciso dar um basta nas violações pré-anunciadas. Calar-se diante dessa violência significa incorporá-la no cotidiano e relativizar o papel do Estado.